

PROGRAMA ELEITORAL LEGISLATIVAS 2022

PORTUGAL A CRESCER

SUMÁRIO

 **iniciativa
liberal**



PORTUGAL PRECISA DE CRESCER

Duas décadas de estagnação económica e de marasmo social colocaram Portugal na cauda da Europa. Poucas oportunidades para os portugueses, pouca mobilidade social, poucos recursos para políticas sociais, pouca energia criativa.

O crescimento de que falamos não é só económico. Precisamos de crescer em ambição, em capacidade de aprender e empreender, na afirmação da nossa autonomia e da nossa liberdade individual.

Um país que cresce nestas dimensões torna-se mais atrativo. Para quem investe, para quem não queira emigrar ou deseje imigrar, para quem queira construir família e um projeto de vida em Portugal.

Pôr Portugal a crescer tem de ser uma prioridade política absoluta.

PARA CRESCER, PORTUGAL PRECISA DE MUDAR

Se persistirmos nas mesmas políticas, teremos os mesmos resultados. Políticas socialistas geradoras de dependência face ao Estado criaram este ciclo de subdesenvolvimento que condena Portugal à estagnação.

Precisamos de novas políticas, políticas de cariz liberal que quebrem as amarras que impedem os portugueses de mostrar o melhor que podem ser e fazer.

Este programa eleitoral consubstancia a nossa visão de sociedade e contém cerca de 100 propostas concretas, detalhadas e explicadas. Fazemos questão de, mais uma vez, sermos claros no que propomos. Quem vota na Iniciativa Liberal sabe exatamente o que está a escolher.

Fica claro como pretendemos pôr Portugal a crescer e proporcionar mais oportunidades de emprego bem pago que não obriguem os nossos jovens mais qualificados a emigrar. Fica claro como queremos reformar o SNS e acabar com as listas de espera e impedir o colapso da Saúde. Fica claro como queremos emagrecer o Estado e eliminar as circunstâncias em que o compadrio e a corrupção florescem.

Fica clara a vontade de mudar Portugal.

Para mudar, Portugal precisa da Iniciativa liberal.

Precisamos de novas políticas, de políticas liberais. Mas precisamos também de forças políticas que tragam de volta o ímpeto reformista que os partidos tradicionais perderam.

A Iniciativa Liberal demonstra que, para além deste programa eleitoral ambicioso, tem a determinação, a competência e a clareza necessárias para o implementar. Tem a energia, a criatividade e a irreverência para mudar.

PARA MUDAR, PORTUGAL PRECISA DA INICIATIVA LIBERAL

Estes são os nossos compromissos para pôr Portugal a crescer.

Estamos preparados para os cumprir.



João Cotrim Figueiredo



1 Pôr Portugal a Crescer

Com menos impostos e maiores salários líquidos

2 Devolver o poder às pessoas

Com mais liberdade de escolha na educação e um sistema de saúde que funcione quando é preciso

3 Combater a Corrupção

Reformando a justiça e com mais transparência no Estado

4 Aproximar o poder das pessoas

Com descentralização e mais escrutínio do poder político

5 Emagrecer o Estado

Libertando os contribuintes das empresas públicas ineficientes

SUMÁRIO

Saúde

Acabar com listas de espera

- Reformar o SNS, passando a ter um sistema onde o financiamento é público, mas a prestação é pública e privada, tal como acontece em metade dos países europeus de modo a acabar com as listas de espera nas consultas e cirurgias.
- Permitir que cada cidadão tenha liberdade para escolher o prestador clínico, colocando o utente no centro de decisão de saúde.
- Potenciar a utilização adequada do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia ("SIGIC").
- Clarificar o plano do SNS para a criação de PPPs na saúde em 2022-2025, avaliando também o impacto das reversões das PPPs de sucesso nos hospitais de Braga, Vila Franca de Xira e Loures.
- Promover o combate ao estigma associado à doença mental e ao acesso a cuidados de saúde mental.
- Aumentar a prontidão do capital humano na área da saúde e valorização dos enfermeiros especializados.
- Aumentar a celeridade nas decisões sobre a comparticipação pública em novos medicamentos e dispositivos médicos.
- Alargar cuidados de saúde às farmácias comunitárias.

Crescimento

+ Salários e - impostos

- Simplificação e desagravamento do IRS com introdução de taxa única de 15%, começando de forma gradual com duas taxas de 15% e 28%, de forma a aumentar imediatamente os salários líquidos dos portugueses.
- Redução do IRC para 15% e eliminação da derrama estadual.
- Simplificação Fiscal através da eliminação de taxas e contribuições e de um choque desburocrático, bem como alteração do IMI e IMT .
- Revisão da Tributação Autónoma, bem como a revisão e progressiva abolição do Imposto do Selo.
- Não colocar nem mais um euro na TAP. Privatização da TAP, CGD e RTP.
- Reformar o sistema de pensões em Portugal.
- Dinamização dos mercados de capitais e promoção da utilização de plataformas de financiamento colaborativo.
- Passar a ter entidades reguladoras verdadeiramente independentes e eficazes, cujos membros dos órgãos são seleccionados após concurso internacional conduzido pela CRESAP.

Emagrecer o Estado e Reformar a Justiça

Para combater a corrupção

- Reforma da organização das magistraturas, com inclusão de independentes nas mesmas e fusão do Conselho Superior da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público.
- Alargamento do apoio judiciário e promoção de meios alternativos de resolução de litígios.
- Transparência na contratação pública e obrigatoriedade de Análise Custo-Benefício prévia nas decisões de investimento em megaprojetos.
- Acelerar a transformação digital da Administração Pública.
- Aumentar o grau de autonomia de gestão das entidades na área da Justiça (tribunais, conservatórias, etc.), em articulação com os municípios, garantindo um acompanhamento real desse património e uma capacidade de reação mais breve, continuando o Estado central a assegurar financiamento e alocação de recursos adequada.

Política

- Descentralização político-administrativa de Portugal, devolvendo o poder às pessoas e comunidades, mas garantido a sua neutralidade fiscal.
- Implementar um Orçamento de Base Zero na Administração Pública.
- Reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República, passando a ter Círculos uninominais com círculo nacional de compensação.
- Alteração à lei do financiamento dos partidos políticos, acabando com os benefícios fiscais dos mesmos e reduzindo as subvenções.

Ambiente, Sustentabilidade e Transportes

- Promoção de Regadio e Incentivos à eficiência energética, bem como produção descentralizada.
- Alteração progressiva da base predominantemente regulamentar para uma base predominantemente contratual, nas políticas ambientais.
- Redução das perdas de água na distribuição municipal e introdução da reutilização da água nas áreas em stress hídrico.
- Promoção da eficiência hídrica no consumo de água, público e privado.
- Plano de ação nacional para corrigir e otimizar o fluxo de Recolha de Resíduos Elétricos e Eletrónicos.
- Plano Ferroviário Nacional da Iniciativa Liberal, ligando todas as capitais de distrito a Lisboa ou Porto.
- Promover a concorrência e remover barreiras à entrada nos serviços de transportes coletivos detidos pelo Estado, bem como acelerar a Mobilidade Elétrica.
- Clarificação de competências do Estado no que toca a transportes, promovendo uma descentralização e regulação independente.

Social

- Formular uma estratégia multidisciplinar de modo a garantir uma melhor e mais célere resposta do Estado em situações de violência doméstica.
- Combate aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.
- Consagrar a natureza pública dos crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, garantindo, ao mesmo tempo, à vítima a faculdade de requerer a suspensão provisória do processo.
- Promover o incremento da componente multidisciplinar na formação dos magistrados, de modo a que haja um cabal entendimento dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.
- Criar o Provedor da Criança, entidade independente a funcionar junto da Provedoria de Justiça e especializada na promoção e defesa dos direitos das crianças.

Habitação

- Aumentar a oferta de habitação como forma de promover a baixa dos seus preços e tornar a habitação mais acessível a todos os cidadãos.
- Aumentar a transparência na gestão do património do Estado, inventariando o mesmo e colocando todos os imóveis públicos inutilizados ou desocupados no mercado.
- Redução do IVA da construção imobiliária para habitação de 23% para 6%, com a mesma lógica condicionada que já existe na reabilitação urbana, e fim do AIMI.
- Eliminar o IMT na compra de habitação própria e permanente bem como eliminar o Imposto de Selo sobre transações imobiliárias.
- Redução da taxa de tributação em sede de IRS aplicada ao arrendamento para 15%.
- Acelerar Licenciamentos na Habitação e realizar um plano de eliminação de custos de contexto urbanísticos que reduza e simplifique drasticamente o número de imposições administrativas e taxas de urbanização, edificação, utilização e ocupação.

Educação

- Reforma do sistema de educação, mudando o financiamento do Estado para o financiamento do Aluno, o que permitirá às famílias poderem matricular os seus filhos nas escolas que quiserem, sejam públicas, privadas ou sociais, sabendo que são igualmente comparticipadas pelo Estado.
- Aumentar a efetiva autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, conferindo às escolas da rede pública o poder para efetuarem o planeamento e a implementação eficazes e eficientes dos seus próprios projetos educativos.
- Substituição do sistema de alocação centralizado atualmente vigente pela seleção do professor pela escola / agrupamento num processo de cariz qualitativo.
- Combate ao abandono escolar precoce e promoção de recuperação de aprendizagens.
- Garantir o acesso universal a creches e educação pré-escolar, com implementação de novo modelo de financiamento.
- Reformulação do governo das Instituições de Ensino Superior, conferindo-lhes maior autonomia e aumentando a concorrência entre as mesmas.
- Alteração da forma de admissão de estudantes provenientes do Ensino Secundário no 1.º ciclo do Ensino Superior: atribuindo às Instituições de Ensino Superior liberdade e responsabilidade para determinar os seus métodos de admissão (incluindo testes de aptidão, vocacionais ou outros) e eliminando assim a obrigatoriedade de dependência das avaliações do Ensino Secundário.
- Defesa do ensino de português como Língua Materna para portugueses e lusodescendentes residentes fora de Portugal.

